SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2026, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e treze minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e seis, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Efraim Filho, Sergio Moro, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Soraya Thronicke, Rogério Carvalho, Weverton e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 4881, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 14.182, de 12 de julho de 2021, para destinar recursos à redução de tarifas de energia elétrica praticada em Estados da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1758, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina Ponte Giácomo Valentim Ferenzini a ponte localizada no Km 810 da rodovia BR-040, sobre o rio Paraibuna, no Município de Matias Barbosa, no Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2071, de 2022 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin (*Ad hoc*), substituiu Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 4621, de 2024 - Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Laércio Oliveira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado com emendas. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6144, de 2025 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros." **Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 57, de 2026** que: "Requer a inclusão do Sr. Sergio Bandeira de

Mello, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGÁS) como convidado na Audiência Pública Objeto do REQ 47/2026-CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e o papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscreveram os Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Jaime Bagattoli. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 60, de 2026** que: "Requer a inclusão do Conselheiro da Casa Civil do Paraná na Audiência Pública objeto do REQ 34/2026 - CI, com o objetivo de debater a técnica de fraturamento hidráulico – fracking – e as oportunidades decorrentes de sua adequada regulamentação no Brasil, especialmente para o aproveitamento seguro e sustentável de recursos não convencionais de petróleo e gás natural, a ampliação da oferta doméstica de gás, a segurança energética, a atração de investimentos e o desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscreveram os Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Jaime Bagattoli. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 61, de 2026** que: "Requer a inclusão da Senhora Elbia Gannoum, Presidente da ABEEólica, na audiência pública objeto do REQ 45/2026-CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscreveram os Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Jaime Bagattoli. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 69, de 2026** que: "Requer a realização de diligência externa em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em comemoração aos 50 anos da promulgação da Lei Federal 6.346/76, de implantação da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 73, de 2026** que: "Requer a inclusão de um representante da Associação dos Investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE na audiência pública objeto do REQ 27/2026-CI, com o objetivo de debater a Consulta Pública nº 45/2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), relativa aos critérios regulatórios para redução ou corte de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, bem como os impactos econômicos, sociais, regulatórios e operacionais do curtailment sobre os empreendimentos de energia renovável." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 75, de 2026** que: "Requer a retirada de tramitação do REQ 16/2026 - CI, que tinha como objeto a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a

fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 77, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Audiência Pública objeto do REQ 49/2026 - CI, com o objetivo de proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscreveram os Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Jaime Bagattoli. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 78, de 2026** que: "Requer a inclusão do Senhor José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Audiência Pública objeto do REQ 46/2026 - CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca do fortalecimento da ética concorrencial e a conformidade no mercado de combustíveis como pilares da segurança econômica." **Autoria:** Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscreveram os Senadores Marcos Rogério, Jayme Campos, Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes e Jaime Bagattoli. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 79, de 2026** que: "Requer a inclusão do Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado, na audiência pública objeto do REQ 34/2026 - CI, com o objetivo de debater a técnica de fraturamento hidráulico – fracking – e as oportunidades decorrentes de sua adequada regulamentação no Brasil." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 83, de 2026** que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.144, de 2025, que dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 86, de 2026** que: "Requer auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o Processo Licitatório do Edital nº 2/2026, referente à concessão rodoviária do Lote CN3, denominado Rota Agro Central, que abrange 887,60 km de extensão ao longo das rodovias federais BR-070/MT, BR-174/MT, BR-364/MT e BR-364/RO, com leilão agendado para o dia 17 de dezembro de 2026 na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 87, de 2026** que: "Requer audiência pública para debater os termos técnicos, regulatórios e a viabilidade econômico-financeira do Edital de Concessão nº 2/2026 da Rota Agro Central" **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscreveu o Senador Jayme Campos. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 88, de 2026** que: "Requer a retirada de tramitação do REQ 85/2026 - CI, que

tinha como objeto a realização de audiência pública, com o objetivo de de debater os termos técnicos, regulatórios e a viabilidade econômico-financeira do Edital de Concessão nº 2/2026 da Rota Agro Central." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 89, de 2026** que: "Requer cópia integral dos autos do Processo TC nº 013.045/2025-3 e do Acórdão 2205/2026 - Plenário, que tratam do acompanhamento do processo de desestatização da Rota Agro Central – BR-070/MT, BR-174/MT e BR-364/MT/RO." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 90, de 2026** que: "Requer a inclusão de um representante do Instituto Livre Mercado na audiência pública objeto do REQ 45/2026 - CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania." **Autoria:** Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Astronauta Marcos Pontes, Jaime Bagattoli, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Chico Rodrigues. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2026/11/10

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de novembro de 2026.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Aviso 1.019, de 2026, do Tribunal de Contas da União, que trata do relatório de acompanhamento sobre aspectos macrofiscais, orçamentários e de gestão da ENBPar e da Eletronuclear;

- Aviso 978, do Tribunal de Contas da União, que trata da auditoria de conformidade nas obras da BR-230/PB (km 152,3 a 183,9), conduzidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), mediante o Contrato nº 938, de 2017;

- Ofício 46.344, de 2026, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que encaminha as informações solicitadas no Requerimento 82, de 2026, sobre a aferição do tráfego, o mecanismo de compartilhamento do risco de demanda e a composição da tarifa de pedágio da concessão da BR-364, administrada pela Concessionária de Rodovia Nova 364 S.A.

O requerimento, inclusive, foi de minha autoria, e a resposta que chega, como de praxe – depois, no momento oportuno, vamos fazer os questionamentos – é uma resposta que não responde, um esclarecimento que não esclarece, mas, no momento correto, vamos fazer o encaminhamento adequado.

- Ofício 6.280, de 2026, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, por meio do qual encaminha resposta ao Requerimento 82, de 2025, prestando informações sobre o processo de concessão dos serviços públicos de saneamento básico no Estado de Rondônia, atualmente em fase de estruturação pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES);

- Ofício 582, do Ministério de Minas e Energia, que encaminha resposta ao Requerimento 25, de 2025, por meio do qual foram solicitadas informações sobre o "Acordo Operativo" ou "Termo de Compromisso" entre a ENBPar, Ande e Itaipu Binacional, objeto do Parecer nº 162, de 2025, da Controladoria-Geral da União;

- Aviso 907, do Tribunal de Contas da União, que trata de acompanhamento instaurado com o objetivo de fiscalizar o processo de estruturação e instalação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear.

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiveram seu prazo de consulta encerrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – A presente reunião...

Apenas vou fazer a abertura formal, já asseguro a palavra a V. Exa.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, conforme itens constantes na ordem do dia e aqueles que vierem a ser incluídos por solicitação dos membros deste Colegiado.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Só gostaria de deixar meu pedido assinalado – nós já temos quórum, inclusive, para deliberação –, encontra-se na nossa pauta o item 4, já foi lido o relatório do Senador Laércio Oliveira, está pronto para votação. Com a ajuda da... Com a sua decisão e com a ajuda da nossa Secretaria, podemos convocar, quando o senhor permitir, a votação. É o item 4 da nossa pauta, que institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores.

Para que o senhor tenha uma ideia, a Fundição Tupy, de Santa Catarina, com sede em Joinville, é hoje o *player* número um do mundo em produção de blocos de motores, disputando, portanto, com grandes empresas internacionalmente. E esta política estimula não só a formação de pessoas, ou seja, a habilitação de profissionais, mas também representa um esforço de desenvolvimento tecnológico. Para o senhor ter uma ideia, a Fundição Tupy tem, na cidade de Joinville, 12 mil trabalhadores. Depois que o Cade compreendeu que a competição é dentro do Brasil, adquiriu a fábrica de motores da Fiat de Betim, em Minas Gerais, a MWM, e tem plantas fora do país. Então, nós estimularmos o desenvolvimento tecnológico dos motores quando existe essa controvérsia sobre de quem é a maior pegada de carbono, que ainda existe, porque a bateria ainda não tem a sua destinação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Do berço ao berço não está resolvido. Então, eu não quero entrar na discussão sobre de quem é a maior pegada de carbono, mas é justo que aquilo que nós produzimos tenha o seu desenvolvimento tecnológico estimulado, aprimorado.

O projeto já venceu todas as discussões aqui. Então, o meu pedido é que, dentro do possível, seja colocado em votação – em discussão e em votação –, em função de já termos o quórum. Eu

não quero atropelar, é o item 4, mas eu o estou trazendo, pelo menos, para essa observação em primeiro lugar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Muito obrigado a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin.

Nós vamos fazer o seguinte. Nós temos um conjunto de projetos na Ordem do Dia de hoje, que são projetos com relatórios apresentados, mas que têm tramitação terminativa, o que, por via de consequência, nos impõe o dever de fazer a votação pelo processo nominal.

Eu vou para uma questão pragmática, se V. Exas. me permitirem, fazer o anúncio e a deliberação dos requerimentos que estão na pauta de hoje, porque aí a gente pode fazer pelo processo de votação simbólico, e, na sequência, como foi o primeiro e único que me fez apelo mais diretamente sobre um dos itens que estão na pauta e que são de tramitação terminativa, eu vou acolher o pedido de V. Exa., Senador Esperidião Amin, e a gente faz um esforço para votar, com aqueles que estão presencialmente e que estão pelo sistema remoto do Senado Federal, os projetos que constam da Ordem do Dia.

Mas, se não houver objeção, eu faria inicialmente o anúncio dos requerimentos, porque a gente já vota de maneira coletiva, e, na sequência, a gente começa pelo item 4, chamando à votação os Senadores que estão também remotamente, porque quórum para deliberar nós temos hoje.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Pela ordem.) – Mesmo caso do item 5 da pauta, é exatamente o mesmo caso, é só a votação. Já foi lido o relatório, basta a votação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Perfeitamente. Vamos tentar fazer a votação do item 4 na sequência, e, havendo a colaboração dos Senadores, a gente avança com outros projetos.

Então, nós vamos aos requerimentos. (*Pausa.*)

Eu indago... nós temos um conjunto de requerimentos. Regimentalmente, a gente, para votar os requerimentos, o autor tem que estar presente ou algum colega Senador ou Senadora tem que subscrever os requerimentos. Eu indago os Senadores: dos requerimentos que estão na pauta de hoje, há alguma objeção em relação a esses requerimentos, que nos faça refletir sobre subscrevê-los ou não, coletivamente?

Senador Jaime Bagattoli, Senador Astronauta Marcos Pontes, Senador Esperidião Amin, Senador Jayme Campos.

Eu estou indagando suas assessorias se, dos requerimentos que estão na ordem do dia de hoje, há alguma objeção em relação a eles ou se subscrevemos coletivamente para tramitar, porque nós estamos no sistema híbrido hoje, presencialmente e remotamente, e os Senadores

não estão aqui para sustentar a manutenção, na ordem do dia, dos requerimentos. Então, regimentalmente, eles teriam que ser retirados de pauta ou, enfim, não poderiam ser votados. Mas eu estou com a boa vontade, havendo a concordância de V. Exas., de subscrevermos coletivamente e votarmos todos os requerimentos que estão na ordem do dia, o.k.? (*Pausa.*)

Vamos, então, ao anúncio dos requerimentos. Item 6... Aí, de acordo com a leitura, se alguém tiver alguma objeção, vai fazendo. Se não tiver, ficam todos eles subscritos pelo conjunto dos Senadores presentes.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 57, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Sr. Sergio Bandeira de Mello, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (SINDIGÁS) como convidado na Audiência Pública Objeto do REQ 47/2026-CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da transição energética justa e o papel da matriz energética brasileira como vetor de sustentabilidade e liderança climática global.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

Requerimento constante da ordem do dia.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 60, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Conselheiro da Casa Civil do Paraná na Audiência Pública objeto do REQ 34/2026 - CI, com o objetivo de debater a técnica de fraturamento hidráulico – fracking – e as oportunidades decorrentes de sua adequada regulamentação no Brasil, especialmente para o aproveitamento seguro e sustentável de recursos não convencionais de petróleo e gás natural, a ampliação da oferta doméstica de gás, a segurança energética, a atração de investimentos e o desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Também para deliberação.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 61, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão da Senhora Elbia Gannoum, Presidente da ABEEólica, na audiência pública objeto do REQ 45/2026-CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da

segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 69, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, em comemoração aos 50 anos da promulgação da Lei Federal 6.346/76, de implantação da Ferrovia Senador Vicente Emílio Vuolo.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 73, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão de um representante da Associação dos Investidores em Autoprodução de Energia - ABIAPE na audiência pública objeto do REQ 27/2026-CI, com o objetivo de debater a Consulta Pública nº 45/2019 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), relativa aos critérios regulatórios para redução ou corte de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, bem como os impactos econômicos, sociais, regulatórios e operacionais do curtailment sobre os empreendimentos de energia renovável.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 75, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a retirada de tramitação do REQ 16/2026 - CI, que tinha como objeto a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, com o objetivo de debater a fragilização da cadeia de distribuição de combustíveis no Brasil, os impactos sobre preços e abastecimento, e as alternativas de intervenção estatal no setor.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 77, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Audiência Pública objeto do REQ 49/2026 - CI, com o objetivo de proporcionar um debate qualificado sobre a autonomia das agências reguladoras e a estabilidade institucional do setor energético brasileiro.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 78, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Senhor José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, na Audiência Pública objeto do REQ 46/2026 - CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca do fortalecimento da ética concorrencial e a conformidade no mercado de combustíveis como pilares da segurança econômica.

Autoria: Senador Cleitinho (REPUBLICANOS/MG)

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 79, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a inclusão do Sr. Rodrigo Saraiva Marinho, CEO do Instituto Livre Mercado, na audiência pública objeto do REQ 34/2026 - CI, com o objetivo de debater a técnica de fraturamento hidráulico – fracking – e as oportunidades decorrentes de sua adequada regulamentação no Brasil.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Indago se quer encaminhar a matéria, Senador Jaime Bagattoli, sobre a inclusão do Sr. Rodrigo Saraiva Marinho ou se quer ir apenas à votação?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Não, mantenho o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – O.k.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 83, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6.144, de 2025, que dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros.

Autoria: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

ITEM 16

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 86, DE 2026
- Não terminativo -

Requer auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial sobre o Processo Licitatório do Edital nº 2/2026, referente à concessão rodoviária do Lote CN3, denominado Rota Agro Central, que abrange 887,60 km de extensão ao longo das rodovias federais BR-070/MT, BR-174/MT, BR-364/MT e BR-364/RO, com leilão agendado para o dia 17 de dezembro de 2026 na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Autoria do Senador Jaime Bagattoli, a quem asseguro a palavra para encaminhar.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Essa situação dessa concessão, que inclusive já está marcada para o dia 17 de dezembro de 2026, na Bolsa de Valores de São Paulo, na B3, lá atrás a gente tinha conversado sobre isso com o Ministro Renan Filho. Hoje, eu recebi lá no meu gabinete o chefe de assessoria do Ministro George Santoro, que é Ministro dos Transportes, e, quanto a essa situação, Senador Jayme Campos, sobre a BR-070, de Cáceres a Cuiabá, a BR-174, que praticamente vem de Vilhena a Cáceres, e a BR-364, mais aquele trecho interligando ali, saindo de Comodoro, indo para Sapezal, se isso for realmente, Senador Jayme Campos, para uma concessão, vai se inviabilizar definitivamente o Norte do Brasil, porque quem vai a Porto Velho, quem vai ao Acre, quem vai a Rondônia, ao Acre e o Amazonas sai de Cuiabá e vai pelas BR-070, BR-174, BR-364.

Olha o custo que está ficando para as pessoas, para o consumidor no nortão do Brasil, que está tão distante. É onde nós temos a menor industrialização, no Norte do Brasil. Nós não temos ferrovia nenhuma ali, nós só temos essa única rodovia.

E, anteriormente, antes já de fazer aquele trecho da concessão entre Vilhena e Porto Velho, eu havia discutido muito, nós conversamos muito com o Ministro Renan Filho. Infelizmente, aquele trecho foi para concessão com o valor mais caro de concessão que nós temos hoje no nosso Brasil. E, se fizer essa concessão desse outro trajeto, dos oitocentos e poucos quilômetros que há entre Cuiabá, Vilhena e interligando ali também com Sapezal, vai-se inviabilizar totalmente a produção, vai-se inviabilizar Rondônia, o Acre, também prejudicando muito o Estado do Amazonas.

Então, Presidente – o assessor esteve comigo hoje –, eu gostaria que o senhor mantivesse o requerimento, mas amanhã está marcada uma reunião com o Ministro George Santoro. Eu quero ver até se V. Exa. pode participar também, seria importante. Nós temos que manter o requerimento para ver. Se houver um diálogo e nós avançarmos sobre esse assunto, talvez nós não precisaremos fazer esta audiência pública; caso contrário, nós precisamos fazer esta audiência pública, porque isso aí vai prejudicar muito o Estado de Rondônia, muito o Estado de Mato Grosso

e os Estados do Acre e do Amazonas. Isso sem considerar que o Ministro Renan Filho havia feito um compromisso conosco.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jaime Bagattoli.

Na sequência, para discutir também, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Para discutir.) – Presidente, com relação ao requerimento item 15 da pauta, esse requerimento diz respeito ao Projeto de Lei 6.144, dos aeroclubes, para pedir uma audiência pública para esse tema.

Lembro que esse tema já foi discutido, já foi lido o relatório, agora só está dependendo da votação, então não cabe audiência pública. E outra coisa é que, durante aquela discussão anterior, eu me lembro de uma conversa com o Laércio – ele estava do meu lado – e eu não sei se ele tinha pedido uma audiência pública também ou vista, mas nós concordamos ali que não seria feito. Então, eu gostaria de pedir aqui que esse requerimento não fosse apoiado, que a gente não tivesse esse requerimento. Obviamente, porque isso prejudica o que já tinha sido discutido e adia algo que é inútil adiar, porque a gente já discutiu todo esse assunto. Isso sem dizer que essa daí é uma pauta que eu conheço muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa. É por isso que eu fiz o questionamento no momento tempestivo. E agora, intempestivamente, um apelo para tirar de pauta, o que já em tese precluiu. Mas vamos, na hora de chegar a esse item, tratá-lo pontualmente.

Por isso que eu peço às assessorias sempre, quando a gente faz aqui o encaminhamento, se é por acordo a inclusão ou a retirada, de observar antes quais são os itens da pauta, para a gente não ter depois que fazer uma retirada de maneira que fique desigual com os demais. Mas eu entendi V. Exa. e me lembro do apelo lá atrás, quando da instrução dessa matéria.

Quando chegar nesse item, a gente faz uma consulta aos demais e, havendo concordância, a gente retira, por apelo do Colegiado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exa., se possível, mesmo sendo extrapauta – tem um requerimento que estou propondo aí –, também colocar na ordem do dia e votar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Em pauta, em ordem.

Peço...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Por favor, como já vamos aprovar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Em bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – ... em bloco, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – V. Exa... O item...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Já está protocolado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – O.k.

O item que está em discussão neste momento, vamos tentar encaminhá-lo; e, na sequência, eu vou fazer os demais; e, ao final, eu faço a leitura também do item solicitado por V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – O que está em discussão neste momento – e eu indago se há mais alguém que queira discutir – é o requerimento do Senador Jaime Bagattoli que trata da concessão, da implantação de pedágio no trecho rodoviário de Vilhena a Cuiabá, Mato Grosso. É esse o assunto que está em discussão neste momento. Se não houver, nós vamos passar para o próximo item.

Eu particularmente quero subscrever, junto com o Senador Jaime Bagattoli, o requerimento. Nós estamos numa situação, em Rondônia, em razão do pedágio imposto pelo Governo Federal no Estado de Rondônia, pagando um preço literalmente caro. Hoje, só para se ter uma ideia, Srs. Senadores, se desconsiderarmos os abatimentos, os redutores de tarifa para quem faz uso da BR-364, uma carreta que entra no Estado de Rondônia hoje carregada, vai até o porto e volta, sem abatimento, teria um custo de R$2,6 mil – de custo. É mais do que o custo do combustível, do petróleo que ela usa para ir lá e voltar.

Então, é algo que está impactando o setor produtivo, é algo que está impactando o comércio, é algo que impacta a vida do consumidor, e eu ouvi um Ministro sentado aqui, numa cadeira do lado, quando nós discutimos essa questão na Comissão de Infraestrutura, dizer que o pobre não seria impactado pelo pedágio, que quem ia sofrer o impacto do pedágio é o rico que tem carro. A hipocrisia mais burra que eu já vi. Como é que o pobre não sente se ele come, se ele bebe, se ele dorme, se ele toma remédio? E esse remédio não chega lá...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Burro é quem acreditou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois é.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Burro é quem acreditou.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Duro é quem acreditou, não é?

E aí, hoje, nós temos uma situação em que o custo do remédio aumentou, o custo do alimento aumentou, o custo dos produtos do material de construção aumentou. Por quê? Porque não chega lá montado no lombo de um cavalo pegando picadeiro; chega em cima de uma carreta, que paga, e paga caro. E aí o que acontece agora?

Por isso, eu elogio a iniciativa do Senador Jaime Bagattoli e aqui falo, inclusive, neste momento, na condição de Governador eleito do Estado de Rondônia, que o que está por trás desse movimento de pedagiamento da BR-364, no trecho Rondônia, no trecho Mato Grosso, e agora tentando fazer também a concessão na Hidrovia do Madeira, é simplesmente inviabilizar o Arco Norte, a logística do Arco Norte, porque, se você fizer a conta do custo que você tem no trecho Mato Grosso, do custo que você tem no trecho Rondônia e mais o custo que você teria para usar as balsas na Hidrovia do Madeira, simplesmente se inviabiliza todo o Arco Norte. O que querem é fechar a passagem por aquela região. E com qual motivação? O que está por trás disso? É uma questão econômica? O que está por trás disso é uma questão ambiental? O que está por trás disso é o quê? Porque simplesmente inviabiliza. Vamos considerar os redutores aqui. Se você tem um custo hoje de R$2,2 mil de pedágio para uma carreta que entra e sai do Estado de Rondônia... Nós estamos falando de um custo que chega a R$4 mil só de pedágio. Se nós considerarmos quanto vai custar a Hidrovia do Madeira, no modelo de concessão que estão tentando fazer, simplesmente nós estamos fechando toda a passagem do Arco Norte. E diferentemente de outras regiões do Brasil, o Pacífico está muito mais próximo de nós lá do que de cá.

Então nós temos uma situação estratégica na Região Amazônica, que precisa se desenvolver, que precisa avançar, mas me parece haver um movimento político, pensado – não sei se de caráter econômico ou de outra natureza –, na linha de inviabilizar a nossa região, com uma política de privatização, de fixação de altos custos com o pedágio que está indo para lá.

E digo isso porque você tem outros modelos de concessão rodoviária Brasil afora que não inviabilizam a logística regional, porque o custo não chega a ser tão alto como é o nosso. Agora, o que estão praticando na região do Estado de Rondônia – e tenho certeza de que no Mato Grosso não vai ser diferente – é algo fora de qualquer parâmetro já praticado no Brasil. Tanto que eu pedi aqui à ANTT – e vou reiterar o requerimento – esclarecimento sobre a questão dos custos e um comparativo com outros trechos sob concessão, e a área técnica da agência mandou para

cá um remendo de enganação, enfim, que não explica nada, ou seja, querem ganhar simplesmente ao não informar, ao não esclarecer, o que eu lamento.

Eu vou, na próxima sessão, fazer um requerimento aqui, convidando o nosso Presidente Guilherme, por quem eu tenho respeito, para que possa vir aqui explicar o documento que a agência mandou para esta Comissão, trazendo os esclarecimentos *in loco*, presencialmente, ao conjunto dos Senadores. Porque o que está acontecendo lá é algo que, se não cuidado, se não observado, daqui a pouco vai acontecer também com relação ao Mato Grosso, e aí vai impactar a vida de quem está lá no Acre, que depende desses dois trechos rodoviários, vai impactar quem está lá em Manaus, porque a 319 hoje também é utilizada – e com a pavimentação vai ser muito mais. E com respeito a quem pensa diferentemente, mas me parece haver um movimento de simplesmente inviabilizar o Arco logístico Norte do Brasil com essas concessões de alto custo para a população local.

Eu vou ao próximo item, que é o item...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de pedir a V. Exa., sobretudo para o nosso autor desse requerimento, o Senador Jaime Bagattoli, se me permitem ser um signatário com V. Exa., até porque essa matéria muito tem a ver com o nosso Estado de Mato Grosso. Na medida em que vai ser prejudicado o Estado de Rondônia, certamente o Estado de Mato Grosso também está já com a faca no peito.

Infelizmente, eu confesso que não conheço essa modelagem. Seria de bom alvitre, tendo em vista que V. Exa. aqui já está se propondo a fazer o requerimento, ter que trazer aqui o nosso Senador Jaime Bagattoli para nós termos conhecimento. Isso é uma matéria tão importante que não caiu a ficha da sociedade, tanto de Mato Grosso como de Rondônia, e, sobretudo, da classe política empresarial. É gravíssimo! Você imagina que vai chegar a dois mil e tantos reais de pedagiamento nessa rodovia?! Vai inviabilizar as atividades econômicas lá, com certeza, seja na agricultura, na pecuária, seja em atividades comerciais do Estado de Rondônia e do próprio Mato Grosso... Vai inviabilizá-las.

Porque muitas pessoas... Também, nós estamos fazendo só esse trecho, Mato Grosso e Rondônia, e a mercadoria, ou seja, a carga, o produto que é comprado em São Paulo... Quantos pedagiamentos que a gente já vai pagando daqui para trás?

Isso vai virar... Se você fizer uma conta de padeiro aqui, se brincar, vai ficar mais caro o pedagiamento do que o preço do transporte que vai ser cobrado pelas transportadoras.

Até que ponto nós chegamos aí?

Parece-me que foi feito um pouco à calada da noite essa privatização. Não conhecemos a modelagem dela.

O que vai ser proposto em termos de melhoria dessa rodovia, de fato e de direito?

Eu imagino que vão fazer uma meia-boca lá agora, já vão meter as praças de pedágio e já vão passar a cobrar, como aconteceu em Mato Grosso. Quando privatizou a BR-163, o primeiro passo: foi lá e colocou as praças de pedagiamento.

A Rota Oeste, que é a detentora, que era uma extensão, ou seja, um braço da Roberto Odebrecht, roubou-nos há 13 anos, 13. Não foram 13 dias; foram 13 anos. Não deu conta de nada. Precisou o governo do estado assumir, tomar deles lá a concessão e fazer a obra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Compraram por R$1!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Comprou por R$1! Que bom, foi bom aqui o adendo do Senador.

Então, nós temos que nos preocupar com isso aí.

E nós já pagamos, com certeza, o IPVA também, que é uma pancada grande. Você paga mais o seguro dos caminhões, paga o seguro da carga... Onde nós vamos parar? Viraram um verdadeiro negócio as privatizações, e ainda somam essas rodovias no Brasil.

Estou chamando a atenção, porque eu estou acompanhando aí, muito de longe aí, mas é um absurdo! Nós não estamos suportando mais aqui.

Lá no Mato Grosso, inclusive, é bom que se ressalte aqui, as rodovias estaduais... Daqui a pouco, não vai ter uma rodovia que não esteja privatizada. Vai quebrar meio mundo. O vento que passa lá está sendo cobrado: "Ô, passou aqui, seu vento? Volte para trás e recolha aqui R$10". Tem caminhão que chega a pagar R$170, dependendo, naturalmente, do tamanho do caminhão, de quantos eixos tem...

Então, V. Exas. têm razão.

Quero cumprimentar o senhor, Senador Jaime Bagattoli. V. Exa. tem sido aqui, com certeza, um guerreiro, toda semana batendo duro aqui, e o Senador Marcos Rogério...

E nós temos que fazer um engajamento: ver toda a classe política, sobretudo os setores produtivos do estado, do nosso estado lá, e ver como é que vai ficar essa privatização. Daqui a pouco, está inviabilizada toda a nossa economia.

E V. Exa. acabou de dizer aqui, Senador Marcos Rogério, que deve ter alguma coisa por trás, interesse econômico ou ambiental... Nós não sabemos o que é. Nós temos que passar a limpo essa matéria aí.

Parabéns a V. Exa.

E eu quero ser signatário também desse requerimento, se o Senador e amigo Jaime Bagattoli me permitir também ser signatário com S. Exa.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos, e, portanto, com o aval do nosso primeiro signatário, fica V. Exa. também como subscritor, até porque é um tema que interessa diretamente ao Estado do Mato Grosso e é algo extremamente preocupante.

Eu diria até ao Senador Bagattoli que, de última hora, marcar audiência...

Ele está tentando essa audiência com o ministério, ó... E eu sou testemunha disso. E o ministério simplesmente ignorou.

Quando eu pautei o requerimento aqui, na Comissão de Infraestrutura, aí a assessoria do ministério achou o gabinete do Senador Bagattoli, para marcar para amanhã uma reunião com o Ministro dos Transportes.

Nós vamos votar esse requerimento, e eu vou pedir ao Senador Bagattoli que faça a reunião amanhã e faça lá as tratativas, e o relatório de V. Exa. aqui...

Se V. Exa. vier com a notícia de suspensão do leilão ou o cancelamento dele, a gente desfaz aqui o requerimento e vamos seguir com a pauta normal da Comissão. Se não, a gente já marca para a próxima semana audiência para a gente poder tratar desse assunto aqui no Colegiado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Só para me situar e tentar ajudar. Foram feitas as audiências públicas sobre a proposta de leilão?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Ah, certamente. Eles fazem audiências públicas secretas. Lá em Rondônia foi assim também. E só fica sabendo quem tem que saber.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Quero, inclusive, informar ao Senador Bagattoli que na terra onde ele nasceu...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Eles vão dizer que não é secreta, porque eles fazem a divulgação do jeito que interessa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Na terra onde ele nasceu, nós não deixamos fazer essa sessão secreta e exigimos que fosse feita... Uma das audiências públicas foi realizada exatamente em Rio do Sul, porque é muito próximo de Ibirama e de José Boiteux, sua terra natal. E a participação da sociedade, de empresários, de sindicatos constatou que não chegaríamos a um bom resultado caso fosse lançada a proposta de leilão que foi discutida.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Se V. Exa. me permite, eu acho que nós temos que fazer um trabalho, como Comissão, talvez até de revisão da instrução desses processos, para fundamentar uma decisão política sobre esse processo, dizendo o seguinte: não é só o fato de você anunciar uma audiência pública que deve servir como fundamento de validação do processo. Que nível de representação teve nessa audiência pública? Que nível de participação teve nessa audiência pública? Se não teve a participação devida, se não teve a discussão técnica devida, essa instrução é uma instrução viciada,

é uma instrução que não deve servir para fundamentar uma decisão, um ato administrativo que valida a sequência do processo. Então, talvez o que nós estejamos fazendo aqui é discutir assim no vazio: ah não, foi feita a instrução... Se você olhar formalmente, a instrução está lá. Marcaram a audiência pública em data tal, tal e tal; foi quem queria, os convidados que... Mas não teve o alcance de legitimar o ato.

Então, talvez a gente tenha que fazer uma revisão aqui daquilo que foi...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Mas o que a lei impõe é que se realize audiência pública e que ela seja anunciada e proclamada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Ou seja, se vai ou não vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ou seja, infelizmente, prevalece... E aí, depois, em caso de silêncio, não há objeção. No caso concreto nosso, apesar de ser no período pré-eleitoral, nós fizemos audiência pública em Chapecó, em Concórdia, em Joaçaba, em Rio do Sul, em Itajaí e em Blumenau. Ou seja, como se tratava da 282, depois da 470, nós cuidamos e, finalmente, na Fiesc, na Federação das Indústrias, houve uma nova reunião que manifestou a discordância com o modelo que foi proposto e foi suspenso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa. a contribuição. Vou pedir à assessoria que prepare o requerimento na próxima semana, pedido processado, solicitando as atas das audiências públicas que foram realizadas, para instruir esse processo relativo à concessão do trecho Mato Grosso, e pode, extensivamente, solicitar das últimas duas concessões feitas também, só para demonstrar muito claramente ao conjunto dos convidados aqui e aos Senadores como é feito, que nível de participação tem e que depois ficam lá as consequências.

A gente está vivendo... O Brasil já é o país que mais cobra imposto no mundo e, além de ser o país que mais cobra imposto, ele privatiza aquilo que é a sua obrigação e aí ele cobra o pedágio, que acaba sendo também um imposto do pecado para o usuário do sistema. E quem paga mais é o pobre, porque se ele diz que o pobre não tem carro, não usa o pedágio, o pobre come, o pobre bebe, o pobre usa remédio... Ué, como é que não paga? Ou para ele chega de graça? O alimento que chega lá chega de graça? Não tem pedágio sobre esse alimento, não tem pedágio sobre esse remédio, não tem pedágio sobre o material de construção que chega para construir a casa dele? Isso é uma falácia, isso é um engodo.

Então, a discussão precisa ser profunda, considerando os impactos reais na vida do conjunto da sociedade. Nós estamos falando de algo que vai impactar a vida de todo mundo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Sem dúvida nenhuma. Só queria lembrar: isso está escrito na lei. Essa é a exigência, infelizmente. Eu concordo que ela é insuficiente, mas é o princípio dos proclamas, proclamas de casamento, inclusive: "Fale agora ou cale-se para sempre".

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Vamos lá, vamos solicitar na próxima reunião, então, fazer o requerimento, e a gente delibera.

Eu indago: o Senador Bagattoli quer acrescentar?

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Senador Amin, a BR-470 foi inaugurada no final dos anos 60; a interligação, acho que em 1971, 1972, da 101 à 116. Passaram-se praticamente quase 60 anos e se fez lá, e V. Exa. sabe... Hoje nós temos lá 50km, 60km de duplicação, não é isso? Em torno de 50km, 60km, a União vem fazendo. E olha, a audiência pública... Não foi privatizada. É o estado onde eu nasci, é um estado desenvolvido, é um estado industrializado, um estado que está perto dos portos, está perto do centro consumidor. Agora, vocês olham a Região Norte.

Esse compromisso aqui, Senador Marcos Rogério, foi um compromisso do Renan Filho. Depois de toda... Eu tive essa conversa com ele na época, depois de privatizar os 687km entre Vilhena e Porto Velho. Foi aquele absurdo, esse custo de que o Senador Marcos Rogério acabou de falar, dois mil e poucos reais para um caminhão fazer esse trajeto de ida e volta. Ele assumiu o compromisso de que não mexeria no outro trecho. Agora ele mesmo disse que ficou pasmo quando soube – eu conversei com ele, inclusive, lá no Plenário sobre essa situação.

Mas eu creio que amanhã a assessoria do Ministro dos Transportes, do George Santoro, deve estar presente aqui. Nós vamos ter essa conversa com ele amanhã. Eu acredito que a boa notícia que nós vamos ter é a suspensão desse leilão, porque isso aí vai liquidar definitivamente o Estado de Rondônia e o Acre nessa questão de logística no Brasil, na questão da Região Norte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, nós faremos o encaminhamento e a votação. Havendo alguma informação no sentido de suspensão ou de cancelamento, V. Exa. comunica à Comissão e, na próxima sessão, a gente faz uma votação no sentido de desfazer o requerimento.

O item 17, já anunciado.

O item 18.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 88, DE 2026

- Não terminativo -

Requer a retirada de tramitação do REQ 85/2026 - CI, que tinha como objeto a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os termos técnicos, regulatórios e a viabilidade econômico-financeira do Edital de Concessão nº 2/2026 da Rota Agro Central.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Eu acho que aqui houve uma confusão, né? Retirar a tramitação do requerimento, que tinha como objetivo a realização de audiência pública. Em um, a gente está fazendo a audiência; em outro, ele está pedindo para retirar. Eu acho que este aqui é para a próxima sessão.

Eu vou retirar de ofício o Requerimento nº 18, porque ele é contraditório com o nº 17. (*Pausa.*)

A assessoria está dizendo que o requerimento está correto, é uma correção de erro: "Requer a retirada de tramitação do REQ 85/2026 - CI, que tinha como objeto a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os termos técnicos, regulatórios e a viabilidade econômico-financeira do Edital de Concessão nº 2/2026 da Rota Agro Central".

Também do Senador Jaime Bagattoli.

O Requerimento nº 19... (*Pausa.*)

O.k., perfeitamente.

Então, vamos para o Requerimento nº 20; é o extrapauta do Senador Jayme Campos.

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 90, DE 2026
- Não terminativo -

Requer a inclusão de um representante do Instituto Livre Mercado na audiência pública objeto do REQ 45/2026 - CI, com o objetivo de promover um debate técnico e institucional acerca da segurança energética nacional e os investimentos estratégicos em infraestrutura como garantidores do abastecimento e da soberania.

Autoria: Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT)

Eu indago se há algum Senador ou Senadora que queira discutir os requerimentos.

Eu vou...

O Senador Astronauta Marcos Pontes fez o apelo de retirada de um dos requerimentos, e o autor do requerimento também concorda com a retirada para permitir a sequência da votação da matéria. Portanto, fica retirado o item 15, a pedido do Senador Astronauta Marcos Pontes e também do autor, o Senador Laércio Oliveira.

O 19 eu não anunciei.

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 89, DE 2026
- Não terminativo -

Requer cópia integral dos autos do Processo TC nº 013.045/2025-3 e do Acórdão 2205/2026 - Plenário, que tratam do acompanhamento do processo de desestatização da Rota Agro Central – BR-070/MT, BR-174/MT e BR-364/MT/RO.

Autoria: Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Portanto, feito o anúncio dos requerimentos, eu indago se há alguém que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o conjunto dos requerimentos apresentados.

Os Srs. e as Sra. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

Item 4, de que foi solicitada a preferência pelo Senador Esperidião Amin.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 4621, DE 2024

- Terminativo -

Institui a Política Nacional de Incentivo à Fabricação de Motores (PNIFM) e dá outras providências.

Autoria: Senador Esperidião Amin (PP/SC)

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática, com parecer favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CCT a 4-CCT e pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1 a 4 CCT-CAE.

2. Em 02/09/2026, foi lido o relatório e adiada a votação.

3. Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a(s) emenda(s), nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O relatório já foi apresentado, portanto não há aqui o que acrescentar.

Eu indago se há algum Senador que queira discutir a matéria. Não havendo...

Para discutir, Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Para discutir.) – É só com relação ao desenvolvimento de tecnologia de motores no Brasil.

Quero lembrar que eu era Ministro de Ciência e Tecnologia, e um dos principais pilares que nós temos que ter é o desenvolvimento de tecnologia própria no Brasil, especialmente em áreas estratégicas como motores. Então é muito bem-vindo o fato de nós termos o desenvolvimento de motores no Brasil, não só um tipo de motor, mas vários tipos de motores diferentes – estamos

falando desde motor a diesel até motor de foguete. Isso precisa ser desenvolvido no Brasil. É questão de soberania, além de, obviamente, de geração de impostos, de geração de empregos. E, quando digo geração de impostos, é geração de recursos através de impostos que são pagos na venda desses produtos.

Então é extremamente importante nós termos essa tecnologia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa.

Indago se há mais algum Senador que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

A votação será nominal.

Em votação, o Projeto de Lei 4.621, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores e as Senadoras já podem votar pelo sistema remoto, quem está ausente do Senado neste momento, e os que estão presentes votam diretamente na Comissão.

Está aberta a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente, ainda não apareceu o painel aberto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – O.k.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Agora sim.

Mas seria importante que a Mesa, sempre muito competente, pudesse assediar, no bom sentido da palavra, os que não estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Para fazer contato com o Senador...

Vou pedir à Secretaria da Comissão que faça contato e às assessorias também presentes que possam informar aos Senadores que nós estamos em processo de votação. Vamos fazer o esforço para votar pelo menos dois ou três projetos terminativos sequencialmente. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Senador Jayme Campos, pois não

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia (MDB, PSDB, PODE, UNIÃO) - MT. Pela ordem.) – Enquanto aguardamos o processo de votação, eu queria fazer um pequeno

comentário em relação à matéria que saiu hoje num *site* de Cuiabá dizendo que 70% das rodovias de Mato Grosso estão em estado péssimo ou ruim. Olha só, são 7 mil quilômetros de estrada privatizada entre as federais e as estaduais, e, lamentavelmente, essas rodovias foram todas privatizadas e os ganhadores das concessões quase nada estão investindo para a melhoria dessas rodovias.

Então, quando o Senador Jaime Bagattoli e V. Exa. estão preocupados com a privatização das 060, 070, 364, no longo dos nossos estados, essas rodovias cortam o Mato Grosso e cortam o Estado de Rondônia também, após chegar a Porto Velho, e teremos a 319, daqui a tempo também, se concluírem essa obra lá, e é muita dificuldade.

O que me causa muita preocupação é que, após ganharem essas concessões, seja qualquer um, aquilo que está proposto na inicial, quando se recebe a concessão, não tem sido cumprido, coisíssima alguma. Para que V. Exa. tenha noção, foi privatizada a BR-163 no primeiro trecho, cuja detentora é a Odebrecht, até Sinop, vindo do Mato Grosso do Sul, indo até Sinop. Pois bem, daí para frente, privatizaram também o trecho demandado ali do trevo de Santa Helena até Santarém, ou seja, no Porto de Miritituba, que V. Exa. deve conhecer muito bem. A empresa também não cumpriu literalmente coisíssima alguma. E agora querem melhorar, com certeza, até fazer uma duplicação pelo volume de trafegabilidade que se encontra nessa rodovia.

E nós temos que ter a preocupação de que a ANTT tem que cumprir literalmente aquilo que, quando foi feita a concessão, tinha que ser cumprido. O que se paga hoje em "pedagiamento" em rodovias é uma coisa astronômica, caríssima, e as empresas não cumprem aquilo. O que eles estão propondo para privatizar, para V. Exa. ter noção, ali no trevo da Santa Helena até o Porto de Miritituba vai demorar nove anos – nove anos. Vamos fazer uma média de 25km a 30km por ano, só que nós estamos pagando a conta dos 100%. Se fosse até na proporcionalidade, diante da velocidade, no cumprimento daquilo que está pactuado no seu contrato, ótimo, mas não, ele já cobra adiantado, e o processo de maturação, ou seja, da conclusão da obra vai demorar nove anos. E nós estamos pagando a conta. E, lamentavelmente, o mais grave que eu reputo é a questão dos investimentos que têm que se fazer nas passagens das cidades. Tem que ter passarela, pistas paralelas para desaceleramento... Nada vai ser feito. Então vai continuar também do mesmo jeito que era aqui a BR-163, que demanda Sinop, demandando lá para o Mato Grosso do Sul, a estrada da morte. Agora está duplicada.

Então do que eu chamo a atenção? Esta Comissão de Infraestrutura tem o papel de cobrar. Eu não sei qual seria o instrumento. Por exemplo, quando se fala da privatização da 070, da 364, etc., nós temos o quê? Eu imagino que cabe até uma ação popular – eu não sei se teria que ser um cidadão do povo –; ou se a própria Comissão de Infraestrutura poderia, através da nossa Advocacia-Geral do Senado, exigir uma maior transparência. Que seja colocada aqui não só a fiscalização da ANTT, mas sobretudo também do próprio Senado Federal, através da Comissão

da Infraestrutura, ou pode ser até mista, da Câmara e do Senado. Isso não tem sido feito, e o povo pagando uma conta que não tem limite, caríssima que está essa privatização.

Então, eu acho que, diante propriamente desta matéria que estamos vendo aqui, é coisa seríssima, com 70% em estado precário. Ora, e nós estamos pagando uma conta que não cabe no bolso de muita gente do setor produtivo. Tem gente hoje que... Para você ter noção, nós estamos numa briga lá, porque querem cobrar do cidadão que mora lá, chama-se Guia, uma comunidade lá, para chegar lá – é a 20km de Cuiabá. Só que eles botaram, no km 19, uma praça de pedágio. Você imagine: isso vai quebrar os moradores que vêm bem cedo para ir trabalhar ali em Cuiabá, voltam para almoçar muitos deles, aí eles voltam para trabalhar, ou seja, eles vão ter que pagar quatro ou cinco pedágios. Não é possível! Acho que isso é roubar o cidadão com essa privatização.

Então, são coisas que tinham que ter sido tomadas providências pelos órgãos competentes. As agências não têm condições de fazer a fiscalização de todas as rodovias brasileiras. É pouca gente para muita demanda que nós temos. Por isso, eu faço aqui um apelo para que, na Comissão de Infraestrutura, nós possamos agir de forma mais contundente em relação a essas privatizações.

Eu estou fazendo essa ressalva porque eu conto muito preocupado, na medida em que isso não é só com esses trechos do nosso estado, dessas BRs 364, 070, mas também com as demais rodovias do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa.

Esse é obviamente um tema que impacta a vida de todo brasileiro, especialmente das nossas regiões, que são mais afetadas.

Nós já atingimos o quórum regimental; portanto, não havendo Senadores que não tenham votado, eu vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria da Comissão que apresente, no painel, o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente, por ser terminativo e estando aprovado, eu queria requerer urgência para encaminhamento ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Portanto, proclamo o resultado.

Votaram SIM 12 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Portanto, está aprovado o projeto com emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não houve voto contrário, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Hã?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Presidente, não houve voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Não houve nenhum voto contrário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – O Presidente é que não votou porque não pôde.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Exatamente. Conta para a quórum apenas a presença do Presidente.

Portanto, o projeto está aprovado com emendas.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

Como se trata de matéria terminativa, ela não vai ao Plenário do Senado Federal, encerrando o seu processo na Comissão.

Portanto, esse é o resultado proclamado.

Agradeço aos Senadores que fizeram o esforço de participar da votação.

Nós vamos fazer mais uma votação. Vou pedir aos Senadores que possam nos ajudar com mais um item, e aí, na sequência, faremos o encerramento, deixando os próximos itens para a próxima sessão.

Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 6144, DE 2025
- Terminativo -

Dispõe sobre a proteção, o reconhecimento e o incentivo aos aeroclubes brasileiros.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 02/09/2026, foi lido o relatório

2. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.

Está aberta a discussão da matéria. Indago se...

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Para discutir.) – Quero me solidarizar integralmente com a causa abraçada pelo Senador Astronauta Marcos Pontes. Eu, pessoalmente, fui beneficiado por participar de um aeroclube, e não cheguei às alturas do Senador Marcos Pontes, primeiro porque sou um pouquinho mais pesado, segundo porque a minha pretensão era mais modesta, o meu objetivo era o brevê de planador. E, para a alegria minha, 43 anos depois, o Grob Twin 102, que você sabe que é um Cadillac, ainda está lá no Aeroclube de São José em perfeito estado e operando.

Tive grandes professores, inclusive um deles, um alemão – que veio do Rio Grande do Sul, para variar, na mesma rota do nosso Heinze – que foi paraquedista na Segunda Guerra Mundial em uma das aulas, ele como instrutor e o meu querido amigo Bonetti, que foi o mais assíduo. Os aeroclubes formaram alguns por esporte, mas muitos profissionais, então é uma forma democrática, comunitária, que precisa de apoio.

São organizações que nascem em função de alguns idealistas, outros que vão se associando... Alguns idealistas iluminados, verdadeiramente, porque o serviço público que um aeroclube presta é inestimável, inclusive em termos de cooperação, espírito comunitário, congraçamento, inteligência.

E eles estão, na prática, sendo perseguidos. O gráfico que o Senador Marcos Pontes tem aqui mostra isto: o número de formaturas, de cursos feitos nos aeroclubes é desgraçadamente decadente. Faltam, realmente, estímulos que a intenção do projeto do Senador Marcos Pontes busca fortalecer.

Então eu quero saudar essa oportunidade – não estou aqui para discutir, até já falei um pouco demais –, dizer do meu entusiasmo com este projeto e reiterar que o Senador Marcos Pontes vai ter que voltar para o aeroclube, porque ele agora quer ir para altitudes mais elevadas.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. *Fora do microfone*.) – Se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Eu vou assegurar a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes, mas considerando que é matéria terminativa e nós temos que fazer a votação nominal, se V. Exa. permitir, eu abro a votação e a gente continua com a discussão do tema.

A votação, como já anunciado, será nominal.

Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei 6.144, de 2025, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator, votam "sim".

Os Srs. Senadores e Senadoras já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Senador Astronauta Marcos Pontes com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP. Para discutir.) – Obrigado, Presidente. Queria, inicialmente, agradecer as palavras do Senador Esperidião Amin, e registrar aqui um pouco da história.

O nosso Brasil, quando a gente vê do exterior, todo mundo tem orgulho da nossa Embraer, a empresa brasileira criada pelo meu conterrâneo Ozires Silva, lá da cidade de Bauru, que começou no aeroclube de Bauru também, assim como eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) – As três grandes invenções de Bauru, o Marcos Pontes, este e o bauru.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – E aí eu segui os passos dele lá como inspiração, então eu ia ao aeroclube, conversava com os pilotos, olhava a carreira do Ozires Silva, eu copiei a carreira dele literalmente. E você vê que – por acaso, tem um jovem aqui do nosso lado – os jovens hoje em dia vão para os aeroclubes com aquele sonho de voar, aquilo é o começo de muitas carreiras. Mas esse gráfico que eu mostrei realmente retrata o número de aeroclubes caindo vertiginosamente no Brasil, vítimas de exploração imobiliária das áreas, que geralmente são áreas bem localizadas no município, então, a exploração imobiliária faz com que esses centros de formação desapareçam e centros de inspiração desapareçam. E, com isso, você tem a diminuição de pilotos civis formados nos aeroclubes. Isso é muito triste, principalmente também porque você tem que lembrar que muitos pilotos da Força Aérea acabam sendo cooptados, vamos dizer assim, para a aviação civil, para ocupar cargos de piloto, e nós precisamos desses pilotos também na defesa do país. Então nós temos dois problemas acontecendo ao mesmo tempo: perdemos os aeroclubes, perdemos os pilotos civis, aliás três, e a perda de pilotos da Força Aérea, com militares indo para a aviação civil para substituir. Então, é um problema que pode ser facilmente corrigido através desse projeto de lei, e eu peço o apoio de todos os nossos pares para votarem a favor do projeto de lei.

Obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Para discutir.) – Astronauta Marcos Pontes, prazer. Quero parabenizá-lo pelo projeto.

Eu conheço essa história. Na minha cidade, São Borja, no meu Estado, Rio Grande do Sul, muita gente nessas escolas, nesses aeroclubes, mantidos pela comunidade, são abnegados, não têm nenhum dinheiro público nesse assunto, e o pessoal forma pilotos. Na aviação agrícola, especificamente, em todo o Brasil, são formadas nessas escolas pessoas humildes, que têm essa

oportunidade, e hoje são pilotos agrícolas. Muitos já estão voando na aviação comercial e começaram através desses pequenos aeroclubes, depois na aviação agrícola, e hoje são pilotos comerciais. Então, é importante, parabenizo-o.

V. Exa. também mostra um gráfico, Senador Marcos Rogério, da queda dos aeroclubes com a queda da formação de pilotos. É importante para nós no Brasil essa oportunidade. Portanto, o seu projeto é meritório e conte com o nosso apoio. Abraço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa.

Continua em votação o projeto de lei.

Se mais alguns Senadores quiserem fazer uso da palavra, têm a oportunidade.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me lhe falar. O Senador Amin está aí ainda. Senador, estou retomando um tema que faz parte da infraestrutura. Nós temos, Senador Amin, sobre o Rio Uruguai, quatro barragens: duas no Rio Grande do Sul com divisas com a Argentina, Garabi e Panambi; e duas no Rio Grande do Sul com divisas com Santa Catarina, Iraí e Itapiranga. Essa de Panambi, especificamente, Panambi não é a cidade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – As que estão por fazer ainda, certo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. *Fora do microfone*.) – Ah, desculpe-me.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – E, nessa barragem de Panambi, veja, são 1.070MW, R$12 bilhões em investimento, dinheiro da iniciativa privada. O meu estado, Rio Grande do Sul, é importador de energia, Senador Marcos Rogério, importa em torno de 30 a 35% da energia que consome e, nessa barragem, há uma parte da energia que pode ser fornecida ao estado. Foi questionado o alagamento do Parque do Turvo – preste atenção, o Parque do Turvo tem mais de 17 mil hectares e essa barragem afetaria em torno de 60ha, 60 de 17 mil; isso é zero, zero, alguma coisa por cento. E o principal: não altera as cascatas do Turvo, a Cachoeira do Turvo.

Nós estamos retomando agora, com o Governador Zucco, e eu tenho a honra de fazer parte do Governo dele. Zucco, como Deputado e futuro Governador, e eu, como Senador e futuro Secretário, temos interesse nessa questão, e está sendo discutida neste momento com o Ministro

Herman Benjamin, aqui no STJ. Então, nós vamos nos somar à AGU, que já está defendendo, com a antiga Eletrobras, essa questão. E, agora, vamos incorporar o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, também como membro interessado diretamente nesse assunto, porque isso interessa ao nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, só apenas a menção a uma obra extremamente importante para o Rio Grande do Sul e também para a Argentina, com capital totalmente privado, para um estado carente de energia, que é o nosso Rio Grande do Sul.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço V. Exa.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Passamos... Nós já temos quórum para discutir a matéria?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RR) – Não, é exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RR) – É o projeto de que sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Ah, pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSB, PSD) - RR. Para discutir.) – Presidente, eu quero destacar a importância da aprovação deste projeto, cujo autor, o Senador Astronauta Marcos Pontes, como ninguém, conhece exatamente a importância do tema. E eu tive a honra de relatar nesta Comissão e estabelecer medidas de proteção, reconhecimento e incentivo aos aeroclubes brasileiros.

Os aeroclubes desempenham um papel histórico e estratégico para a aviação nacional. São instituições fundamentais para a formação de pilotos e profissionais da aviação, para a difusão do conhecimento aeronáutico e para a preservação de uma tradição que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do setor no Brasil.

Entretanto, essas instituições enfrentam dificuldades para manter suas atividades, especialmente diante da insegurança jurídica relacionada à ocupação de áreas aeroportuárias, das cobranças pela utilização dessas instalações e do risco de remoções que podem comprometer a sua própria sobrevivência. E, ao mesmo tempo, há necessidade de encarar de frente a legitimidade das administrações portuárias de administrar as áreas de sua competência.

O relatório que apresentei nesta Comissão enfrenta questões buscando, principalmente, o equilíbrio e a responsabilidade. É importante ressaltar que o texto foi aperfeiçoado a partir de um processo de diálogo e negociação, incorporando contribuições técnicas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e do setor aeroportuário. As alterações que propusemos no substitutivo conciliam a proteção dos aeroclubes com as necessidades operacionais nos aeroportos, estabelecem critérios objetivos para a definição das áreas essenciais, garantem contratos de utilização gratuita com o prazo mínimo de dez anos – vou repetir, de dez anos – e disciplinam as hipóteses de realocação.

Também foram reforçadas as atribuições da Anac na regulamentação, fiscalização e mediação de conflitos, além de estabelecidas salvaguardas para preservar a finalidade institucional e não lucrativa dessas entidades.

Não estamos simplesmente reconhecendo a importância histórica dos aeroclubes; estamos construindo instrumentos concretos para garantir sua continuidade, sua segurança jurídica e sua contribuição para o futuro da aviação brasileira.

Quero destacar o trabalho de construção e aperfeiçoamento do relatório, que buscou conciliar os interesses envolvidos e oferecer uma solução tecnicamente consistente, sem descuidar da segurança operacional e do planejamento aeroportuário.

E, para concluir, Sr. Presidente, a aprovação dessa matéria representa um passo importante para valorizar nossas instituições de formação aeronáutica, estimular novas gerações de profissionais e preservar um patrimônio que pertence à história e ao futuro do Brasil. Por isso, nós agradecemos a aprovação de uma forma terminativa nesta Comissão.

E, Sr. Presidente, aqui já me antecederam o Senador Amin, o Senador Marcos, enfim, quero dizer que é absolutamente incompreensível a retirada desses aeroclubes dos aeroportos. A gente está vendo a demanda reprimida por pilotos, hoje, no momento em que o Brasil vive, de uma forma crescente, com a utilização da aviação civil principalmente, a aviação doméstica, internacional, tudo. E nós entendemos que é uma forma não apenas de agradecer o histórico dos aeroclubes, etc., mas é exatamente e tão somente, principalmente, pela importância para o Brasil que tem a formação desses pilotos.

Então, eram essas as nossas observações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, Relator da matéria. Eu faço apenas menção de reconhecimento ao Senador Astronauta Marcos Pontes pela iniciativa e extensivamente ao Senador Relator.

Rondônia tem um aeroclube histórico na capital... tinha, porque no mês de julho deste ano, por determinação judicial, eles perderam a posse do terreno do imóvel onde o aeroclube funcionava há décadas, na formação de pilotos. E hoje esse terreno simplesmente está lá abandonado; é um terreno da União, que era cedido para o aeroclube para as suas atividades, e

hoje, depois de uma demanda judicial da prefeitura, retiraram a posse do terreno. A Anac cancelou a autorização do uso da pista, portanto não é nem o Notam, ela cancelou mesmo, não existe mais, ele é inexistente. e o aeroclube deixou de funcionar cumprindo a função, que é uma função extremamente importante.

Então, quero deixar aqui, inclusive, uma saudação ao Comandante Vargas e ao Comandante Gilberto, que são Diretores do aeroclube.

Agora, na condição de Governador eleito, houve um pedido para que o estado reivindicasse a área, que, a partir da autorização do Ministério de Portos e Aeroportos, ficaria sob a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem do estado, portanto, dessa forma, o estado poderia autorizar o uso da área pelo aeroclube. Agora, veja V. Exa. a que ponto chegou: um grupo de pessoas que investem há tanto tempo o seu tempo, o conhecimento na formação de profissionais, simplesmente, hoje, não conta com o mínimo para poder funcionar, para poder existir.

Então, o projeto de V. Exa. vem no sentido de realmente proteger esses aeroclubes, que têm um papel extremamente importante na formação de pilotos, sejam pilotos profissionais, que vão para o mercado, sejam aqueles que querem sê-lo apenas por uma questão recreativa, por uma questão pessoal. Isso não tira a importância dos aeroclubes. Então, é um acerto importante e um reconhecimento importante a esses muitos profissionais que o Brasil conhece e reconhece.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Infelizmente, essa história triste se repete em muitos lugares do Brasil. A gente está perdendo muitos desses aeroclubes e perdendo aí a inspiração e a formação de novos pilotos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa. Parabéns pela iniciativa, parabéns ao Senador Chico Rodrigues e ao conjunto de Senadores que colocaram o seu voto no painel.

Nós atingimos o quórum, portanto está encerrada a votação.

Eu peço à Secretaria da Comissão que mostre no painel o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Votaram SIM 12 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Portanto, está aprovado o substitutivo ao Projeto 6.144, de 2025.

Ficam prejudicados o projeto e as emendas a ele apresentadas.

O substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu coloco para apreciação do Colegiado a ata da última reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há um pedido do Senador Veneziano para o item 3.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Que é terminativo também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Ele me pediu para ser o *Relator ad hoc*, e eu aceito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Eu vou fazer o compromisso de colocá-lo como o primeiro item da próxima sessão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não. Vamos fazer o seguinte: cinco minutos. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – V. Exa. quer apenas ler o relatório. É isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não vou ler, vou resumir.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - SP) – Qual item é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – O item 3. Eu vou fazer o anúncio dele, V. Exa. faz a leitura do relatório e vamos sobrestar a votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Quero só salientar o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 2071, DE 2022

- Terminativo -

Denomina Rodovia Raul Anselmo Randon o trecho da rodovia BR-116, entre o Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, e a divisa com o Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin (Relator Ad hoc)

Relatório: Pela aprovação

Aqui há o interesse de V. Exa., não é apenas um pedido do autor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Não é só. Mas o pedido chegou, e eu aceitei sem saber.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Mas, agora, tomando conhecimento, tem uma razão maior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – Tem uma razão maior: o Sr. Raul Anselmo Randon...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – O projeto é da Câmara dos Deputados, com relatoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O relatório é pela aprovação.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin para o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC. Como Relator.) – A razão, que até ombreia com o desejo de atender ao pedido do meu amigo Veneziano Vital do Rêgo, é que o homenageado nasceu em Tangará, Santa Catarina. O Raul Anselmo Randon. É um nome mítico, pelo que se vê de iniciativas. Por exemplo, o queijo grana padano Randon... Nas carrocerias dos caminhões, o senhor, que é da infraestrutura...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - SC) – ... é Randon.

Então, esse homem viveu 88 anos, nasceu em Rio Bonito, que era o nome de Tangará, no Vale do Rio do Peixe, em Santa Catarina. Conquistou, para o senhor ter uma ideia, além dessa especial obra sua de criar o primeiro queijo tipo grana no Brasil, ele é o homem da logística. E recebeu inclusive o título de Doutor Honoris Causa pela centenária Universidade de Pádova, na Itália, um dos grandes feitos que um outro brasileiro conquistou também, que foi Jorge Amado.

Então, trata-se de homenagear um empresário com um trecho de uma rodovia federal, exatamente no Rio Grande do Sul, até a divisa com o meu estado. É um projeto meritório.

Ô, Heinze... O que é que você acha de uma rodovia, no seu estado, receber o nome, no trecho até Santa Catarina, de Raul Anselmo Randon, um empresário que fez logística, queijos – já mencionei aqui –, um exemplo de empreendedor que se fez no Rio Grande do Sul, mas nascido em Santa Catarina, na nossa querida cidade de Tangará?

Tenho certeza de que o Heinze, o Senador Heinze, vai corroborar o meu relatório, que é pela aprovação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Agradeço a V. Exa. e...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Pois não, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Almocei com a esposa dele, com a filha dele, com o filho dele, uma neta e um neto dele agora, e uma nora dele, no sábado que passou. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Bom, eu vejo que o apelo do Senador Veneziano encontrou abrigo, acolhida mais do que por razões de coleguismo, mas em razão do reconhecimento regional, histórico, desse grande brasileiro.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – E comi o queijo grana padano dele e tomei uma garrafa de vinho Laurea, que ele fez em homenagem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – Vinho também...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS) - RS) – Vinho de Tamboril.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO, AVANTE) - RO) – É uma justa homenagem.

Fica, portanto, lido o relatório, que é pela aprovação do projeto de lei, com essa justa homenagem, conforme já sublinhada aqui pelo Senador Esperidião Amin e também pelo Senador Heinze, e, na próxima reunião, nós o colocaremos como item 1 da pauta dos itens terminativos.

Antes de fazer o encerramento da nossa reunião, quero registrar a presença conosco, aqui no plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Prefeito da cidade de Cerejeiras. Está conosco aqui o Prefeito Sinésio e quem o acompanha também.

Sejam muito bem-vindos.

Também há alguns Vereadores que comparecem a esta reunião, Vereadores Severino, Adriano, Genésio, Gilmar e Hermes, do Município de Espigão D'Oeste. Sejam muito bem-vindos ao Senado Federal, à Comissão de Serviços de Infraestrutura, no dia de hoje.

Agradeço também a presença dos demais convidados que estão aqui, todos os representantes que comparecem a esta reunião.

Eu submeto à apreciação do Colegiado a ata da última reunião e da presente também.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as duas atas.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)